



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Discussão das Propostas de Plano Anual e de Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2016

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

O discurso do Sr.º Vice-Presidente do Governo Regional e o conteúdo da Proposta do Plano Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2016 constitui um exercício de irrealidade. Um misto de fantasia e de alquimia. Em suma, um delírio.

A verdade é que “o grau de execução do Plano de 2015 foi baixo, o que retira credibilidade a muito do que é proposto para 2016”. Não, não sou eu que o digo. Acabei de citar o parecer do Conselho de Ilha do Faial, assinado pelo ex-presidente socialista deste Parlamento, o Dr. Fernando Menezes.

Mas não sou só eu e o Conselho de Ilha do Faial que não vemos e não acreditamos. Veja-se o que diz o Conselho de Ilha de São Jorge: “assim sendo, este Conselho de Ilha regista que pretende debruçar-se, posteriormente, sobre a execução orçamental dos planos anteriores, visto ter andado a aprová-los, ano após ano, **sem serem visíveis as respetivas execuções**”. Mais uns que não veem.

Parece-me que temos aqui um problema. O Dr. Sérgio Ávila vê. O Dr. Berto Messias, ilustre deputado republicano, também vê o que lhe mandam ver, mas o resto dos açorianos têm muita dificuldade em ver o que não existe. E olhem que nós, açorianos, somos gente de fé. Desde pequenos que nos educam para ver o que não pode ser visto. Mas tudo tem um limite. Nós somos monoteístas. Se vemos Deus, não nos é possível ver a execução orçamental.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Aqui chegados o melhor é socorrer-nos de José Saramago e do seu "Ensaio Sobre a Cegueira". **"Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara"**, é o que José Saramago nos aconselha. Infelizmente, o Governo Regional também lê José Saramago. Inspirou-se, em especial, na parte que vou citar:

"Nesse instante ouviu-se uma voz forte e seca, de alguém, pelo tom, habituado a dar ordens. Vinha de um altifalante fixado por cima da porta por onde tinham entrado. A palavra Atenção foi pronunciada três vezes, depois a voz começou, O Governo lamenta ter sido forçado a exercer energicamente o que considera ser seu direito e seu dever, proteger por todos os meios as populações na crise que estamos a atravessar, quando parece verificar-se algo de semelhante a um surto epidémico de cegueira. Provisoriamente designado por mal-rosa (no original está escrito branco) - e desejaria poder contar com o civismo e a colaboração de todos os cidadãos para estancar a propagação do contágio - supondo que de um contágio se trata. Supondo que não estaremos apenas perante uma série de coincidências por enquanto inexplicáveis.

A decisão de reunir num mesmo local as pessoas afetadas, e em local próximo, mas separado, as que com elas tiveram algum tipo de contacto, não foi tomada sem séria ponderação. esta comunicação será repetida todos os dias, a esta mesma hora, para conhecimento dos novos ingressados. O Governo e a Nação esperam que cada um cumpra o seu dever."

Moral da História: é mesmo preciso ver ou fazer de conta que se vê, nesta sociedade oprimida por 20 anos de governo absoluto. Aliás, já existe muita gente a fazer de conta que vê o que não existe. Por exemplo, na ilha do Corvo, a julgar pelo parecer do Conselho de Ilha, já todos os conselheiros veem, no final do arco-íris, um porto com 100 metros de barra ou um museu prontinho a inaugurar. Eu confesso que não vejo. Não vejo mais porto e, no que diz respeito ao museu, só vejo o telhado, que entretanto ruiu ao fim de quatro anos à espera de obras.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Temos, portanto, um primeiro problema neste Plano e Orçamento: chama-se falta de credibilidade. O segundo problema, que eu aqui quero destacar, tem outra designação: chama-se governamentalização do regime e ataque despuadorado às competências do Parlamento.

Em 1789 os franceses – e antes deles, no século XVII, os ingleses – fizeram uma Revolução para que fosse o Parlamento, e não um qualquer César ou o seu Delfim, a decidir a respeito da natureza das despesas e das receitas do Estado. Tudo isto representou um enorme avanço no sentido “do governo do povo, pelo povo e para o povo” (Abraham Lincoln, Discurso de Gettysburg, 19 de Novembro de 1863).

Pois este Governo traz a esta Câmara uma Proposta de Plano Anual blindada em cerca de 40% das suas verbas. Diz o Governo – e a Mesa da Assembleia – que a soberania do Parlamento está limitada em todos os projetos e investimentos que contemplem a utilização de fundos europeus. Sempre que se utilize um cêntimo de dinheiros europeus (outros fundos), prevalece o que já foi decidido pelo Governo. Trata-se de uma visão absurda e profundamente antiparlamentar, mas é a visão de um partido que se mumificou no exercício de um poder quase absoluto nos Açores.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Este Plano e Orçamento tem ainda outro problema. Não é, verdadeiramente, um Plano e um Orçamento. O que o Governo aqui nos traz é uma espécie de panfleto eleitoral.

É um Orçamento que cresce. É verdade! Cresce com recurso ao endividamento.

É um Orçamento que combate o desemprego. É verdade! Combate o desemprego através do recurso maciço a programas ocupacionais mal remunerados e sem futuro. A citação da velha frase de Churchill a respeito do socialismo é, neste ponto, incontornável: "a vantagem do socialismo é a igual distribuição das misérias".

É um Orçamento que ainda não mata o sector agrícola. É verdade! Mas deixa-o em coma e sem futuro.

É um Orçamento que gasta um pouco mais em educação. É verdade! Novamente em tijolos, paredes e cimento. Os socialistas juntam neste Orçamento escolas de 14 milhões de euros e os piores resultados educativos da Europa.

É um Orçamento que não mata o sector das pescas. É verdade! Mas apenas na medida em que já o fez.

É um Orçamento que aposta no turismo. É verdade! Mas de forma errada e no desespero típico de quem já não tem mais nada a que se agarrar.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Os Açores precisam de um novo impulso e de novas estratégias. Os Açores precisam de se livrar de uma classe dirigente socialista extremamente numerosa e com um apetite insaciável.



Nada mudará enquanto se mantiver no poder um grupo de dirigentes que se eterniza no poder e consome o essencial do esforço e do trabalho dos açorianos. Eles são uma espécie de casta e de oligarquia política que pretende transformar todos os outros em meros servos da gleba.

Qual é então a solução para o Orçamento? A solução chama-se alternância política, democracia e liberdade.

Qual é a solução para o Plano Anual para o ano de 2016, apresentado pelo Governo socialista? A solução é garantir, através do voto livre, que é o último.

Qual é a solução e a estratégia económica que garante um futuro mais próspero aos açorianos? A solução é, meus senhores, retirar das costas de todos os açorianos a albarda e o peso da opressão com que a casta socialista dirigente esmaga todos os açorianos.

Viva a liberdade! Viva a alternância política nos Açores! Viva o Povo Açoriano!

Horta, Sala das Sessões, 24 de novembro de 2015

O Deputado do PPM,

Paulo Estêvão